

NOSSA ASPIRAÇÃO

→ VISÃO

Somos uma coalizão formada por **associações empresariais, empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos interessados** em contribuir para a promoção de uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva, e para maior sinergia entre as agendas de proteção, conservação e uso sustentável das florestas, agricultura e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Pretendemos promover e propor políticas públicas, ações e mecanismos financeiro/econômicos para o estímulo à agricultura competitiva e de baixo carbono, pecuária e economia florestal que **impulsionem o Brasil como protagonista** na liderança global da economia sustentável.

A **Coalizão** aspira contribuir para o **fim do desmatamento e da exploração ilegal de florestas**, bem como para a expansão da produção de alimentos, produtos de base florestal e bioenergia de forma competitiva e sustentável.

CONTEXTO

Mudanças Climáticas

→ Um dos principais desafios da humanidade

→ Necessidade premente de reduzir as emissões globais de Gases de Efeito Estufa nas próximas décadas.

2015 em Paris

→ Novo Acordo Climático Global

→ Objetivo de conter o aumento da temperatura média global em 2° C em relação à era pré-industrial.

→ As florestas têm uma **profunda relação com as mudanças climáticas** e são a maior fonte terrestre de armazenamento e captura de carbono da atmosfera. As atividades econômicas ligadas à cadeia de produtos florestais, quando apoiadas em manejo florestal

sustentável e plantios florestais, são parte fundamental da economia de baixo carbono.

O Brasil possui não apenas a segunda maior área florestal do planeta, como o maior estoque de biomassa. Ademais, é e continuará sendo uma liderança mundial na produção de alimentos.

Nosso compromisso é organizar-nos e operar de forma multissetorial e multidisciplinar, visando criar propostas concretas, claras e transparentes, para avançar nas agendas de clima, agropecuária e florestas.

COALIZÃO BRASIL

C L I M A
F L O R E S T A S E
A G R I C U L T U R A

A COALIZÃO ASPIRA CONTRIBUIR PARA:

- **REDUZIR** as emissões brasileiras de gases de efeito estufa de forma a garantir que, a partir de 2020, a emissão per capita seja sempre menor ou igual à média global e o Brasil trilhe o caminho para zerar as emissões líquidas o mais cedo possível.
- **PROMOVER** a restauração e/ou recuperação todas as áreas de preservação permanente e reserva legal de acordo com a legislação vigente.
- **DESENVOLVER** plantios florestais econômicos em áreas degradadas, criando uma oferta de produtos florestais para o uso nas diversas cadeias produtivas, inclusive como forma a reduzir a pressão sobre as florestas nativas.
- **PROMOVER** a manutenção da cobertura vegetal nativa brasileira nos diferentes biomas nos níveis atuais e incentivar a restauração de áreas classificadas como prioritárias para conservação da biodiversidade.
- **PROMOVER** a eliminação da perda líquida de cobertura florestal e a manutenção das florestas primárias no Brasil.
- **EXPANDIR** a produção de alimentos, produtos de base florestal e bioenergia de forma competitiva e sustentável, promovendo a recuperação da capacidade de produção de áreas degradadas e a redução das emissões de gases de efeito estufa.
- **ELIMINAR** o desmatamento e exploração ilegal de florestas no Brasil.
- **ELIMINAR** das cadeias de produção, comercialização e consumo global produtos oriundos de desmatamento ou exploração ilegal.
- **AMPLIAR** substancialmente o manejo sustentável das florestas nativas e garantir a rastreabilidade e certificação nas compras públicas e privadas de produtos florestais.

● **AUMENTAR** de forma expressiva a participação brasileira no mercado global de produtos florestais e de alimentos.

● **MASSIFICAR** na agropecuária brasileira as práticas de baixo carbono incluindo: recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e sistemas agroflorestais (SAF); sistema plantio direto (SPD); fixação biológica de nitrogênio (FBN); aproveitamento de biomassa de resíduos agropecuários; tratamento de dejetos animais e intensificação sustentável da produção.

● **TORNAR PREDOMINANTE**, na matriz energética nacional, as fontes renováveis e sustentáveis, com vistas a tornar residual a participação de energias fósseis na matriz até 2050.

● **IMPLEMENTAR** mecanismos para valorar e remunerar a manutenção e a ampliação dos serviços ecossistêmicos propiciados pelos ecossistemas naturais e florestas, incluindo as boas práticas agrossilvopastoris, para além dos mecanismos de pa-

gamento por carbono, que precisam ser aperfeiçoados e incrementados.

● **GARANTIR** a qualidade, tempestividade e total transparência dos dados da implementação das políticas de clima, floresta e agricultura e seus instrumentos de monitoramento e gestão (por exemplo, Cadastro Ambiental Rural, Programas de Regularização Ambiental, plano de manejo florestal sustentável, financiamento, desmatamento, emissões).

● **FORTALECER** a rede de unidades de conservação em âmbito nacional e a efetiva implementação das unidades de conservação já criadas.

● **ASSEGURAR** que a transição para a sustentabilidade e a economia de baixo carbono nas florestas e na agricultura se dê de forma a promover ordenamento fundiário, inclusão, diálogo e proteção social das comunidades que formam a população brasileira, geração de novos empregos, aumento da geração de renda, manutenção e ampliação de direitos, qualificação e requalificação de trabalhadores e produtores rurais.

A efetiva implementação do Código Florestal e da Política Nacional de Mudanças Climáticas bem como a valorização da agropecuária sustentável e da floresta em pé são exemplos de elementos essenciais deste esforço coletivo.

17 PROPOSTAS DIVIDIDAS EM DOIS RECORTES:

ASPECTOS PREDOMINANTEMENTE TRANSVERSAIS, QUE INCLUEM ITENS DE CUNHO LEGAL E INSTITUCIONAL E MECANISMOS DE VALORIZAÇÃO DO CARBONO E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

ASPECTOS PREDOMINANTEMENTE TEMÁTICOS, CONSIDERANDO PROPOSTAS ESPECÍFICAS PARA OS SETORES FLORESTAL E AGROPECUÁRIO

COALIZÃO BRASIL
C L I M A
F L O R E S T A S E
A G R I C U L T U R A

PROPOSTAS

IMPLEMENTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- 1 Estabelecer procedimentos para garantir a implementação do CAR até 2016 e definição de PRA até 2018, em 100% do território nacional.
- 2 Promover ampla transparência dos dados, cadastros e sistemas de informações relacionados aos aspectos ambientais e fundiários do uso da terra.

- 3 Unificar todos os diferentes cadastros relacionados ao uso da terra no país, em um cadastro federal integrado.
- 4 Criar plano de regularização fundiária e ordenamento territorial até 2016, para solucionar conflitos decorrentes da sobreposição de direitos sobre propriedade e uso da terra até 2030.

- 5 Estabelecer programa de cooperação sul-sul para a difusão e compartilhamento de tecnologias brasileiras nas áreas florestal e agrícola.

PROPOSTAS

MECANISMOS DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO CARBONO E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

- 6 Dar escala e garantia de liquidez aos mecanismos existentes de valorização do carbono.

- 7 Criar mecanismo regulatório de valorização econômica direta de energia e produtos renováveis, por meio da demanda atrelada à produção de base não renovável.

- 8 Implantar mecanismo global de pagamento anual pelos serviços ecossistêmicos de biomas brasileiros.

PROPOSTAS

EIXO FLORESTAL E AGRÍCOLA

- 9 Produzir mapa anual de uso e cobertura da terra no Brasil.
- 10 Produzir relatório anual de desmatamento.
- 11 Aumentar as sanções, em nível econômico, fundiário e criminal a agentes que promovam ou permitam o desmatamento ilegal em toda ou em parte de suas propriedades.

- 12 Criar mecanismos para valorizar as boas práticas e a regularidade ambiental.
- 13 Promover o incremento em larga escala de estoques florestais para múltiplos usos.
- 14 Aumentar em 10 vezes a área de manejo florestal sustentável rastreada no Brasil, até 2030, e coibir a ilegalidade de produtos florestais madeireiros provenientes de florestas nativas.

- 15 Desenvolver projeto pré-competitivo de desenvolvimento da silvicultura de espécies arbóreas nativas do Brasil.
- 16 Tornar a agropecuária de baixo carbono majoritária em todo o Brasil.
- 17 Estabelecer padronização global de biocombustíveis e promover uma política nacional de valorização da produção de biocombustíveis e bioenergia.

RECOMENDAÇÕES DA COALIZÃO ÀS “CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS” (INDC, NO ACRÔNIMO EM INGLÊS) DO BRASIL

Representam a intenção de contribuição de cada país ao esforço global de combate às mudanças climáticas

QUATRO PRINCÍPIOS BÁSICOS FORAM CONSIDERADOS:

- 1 Estabelecer a visão de longo prazo sobre emissões globais.
- 2 Definir o conceito/critério de porção justa do Brasil no esforço global para reduzir as emissões considerando as responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- 3 Propor a base lógica de um nível de ambição de redução de emissões para o Brasil.
- 4 Propor mecanismos, elementos e incentivos que viabilizem os princípios e compromissos a serem assumidos pela Coalizão e pelo Brasil.

NÍVEL DE AMBIÇÃO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES PARA O BRASIL

O Brasil pode ter amplas possibilidades de alavancar seus ativos de capital natural em uma nova economia de zero carbono. Portanto, propomos um INDC que expresse as seguintes características:

- Redução efetiva de emissões para toda a economia já no primeiro período de compromisso do novo acordo.
- Aumento efetivo de remoções de GEE, incluindo as áreas florestal e agropecuária.
- Compromisso de longo prazo do país em zerar as suas emissões líquidas conforme requerido pela ciência, no âmbito do cenário de 450 ppm do IPCC.
- Compromisso de manter as emissões per capita menores que a média global a partir de 2020.

PARA ATINGIR ESTES OBJETIVOS SERÃO NECESSÁRIOS IMPLEMENTAR OS SEGUINTESSUPPOSTOS:

- Acesso a políticas e incentivos econômicos reais, em níveis nacional e internacional, capazes de viabilizar o cumprimento de seus compromissos e de fazer com que a inserção do Brasil em arranjos globais se converta em oportunidade de aumentar a competitividade do país.
- Implementação de iniciativas nacionais e internacionais de precificação do carbono. As principais economias emergentes, atualmente fora do Anexo 1, devem ter, no mínimo, compromissos e objetivos similares, inclusive no longo prazo.
- Os países que atualmente integram o Anexo 1 assumam o compromisso de zerar suas emissões líquidas em meados do século.

Uma INDC brasileira com essas características contribuiria de forma inequívoca com o objetivo global de reduzir expressivamente as emissões para limitar o aumento da temperatura global em até 2° C ou menos.

PROPOSTAS A SEREM ENCAMPADAS PELAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES, DE FORMA VOLUNTÁRIA E INDEPENDENTE DE OBRIGATORIEDADE LEGAL

As empresas e organizações signatárias da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura pactuam os seguintes compromissos:

- 1 **Cumprir os prazos de implantação** do Código Florestal Brasileiro, especialmente quanto ao CAR e ao compromisso a ser assumido no PRA.
- 2 **Promover o *compliance*** com o Código Florestal Brasileiro em sua cadeia de fornecimento.
- 3 **Desmatamento ilegal zero** em toda a sua cadeia de fornecimento.
- 4 **Desmatamento líquido zero** em sua cadeia de fornecimento.
- 5 Nas compras corporativas de produtos de florestas nativas, **exigir a comprovação de que a madeira é legalmente controlada** ou possui certificação FSC® ou Cerflor. Passar a exigir a garantia de rastreabilidade para produtos de manejo florestal sustentável de florestas nativas, assim que esse sistema vier a ser implementado.
- 6 **Promover a elaboração de inventários** de emissão de gases de efeito estufa e planos de ação para mitigação dessas emissões.



**COALIZÃO
BRASIL**

C L I M A
F L O R E S T A S E
A G R I C U L T U R A

www.coalizaobr.com.br



Contato: Luana Maia
e-mail: luana@coalizaobr.com.br